

MULHERES E O ANARQUISMO: ESTUDOS SOBRE A VINCULAÇÃO DO PAPEL FEMININO NAS PÁGINAS DO JORNAL “A VIDA”

Eduarda Miriani Stabile¹

Marco Antônio de Oliveira Gomes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar o papel feminino no movimento anarquista. Trata-se de um estudo bibliográfico, realizado a partir da análise do jornal “A Vida”, impresso na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 14 e 15, do século passado. O trabalho refere-se ao surgimento das classes operárias nos grandes centros urbanos do Brasil, baseando-se nos ideais trazidos pelos imigrantes europeus. O cenário era demarcado pela crise do regime escravista e a expansão da produção cafeeira; diante disso, as condições de trabalho se tornaram precárias e o anarquismo se converteu na principal corrente presente no interior das fábricas. Assim, o trabalho com a imprensa é uma fonte privilegiada para a compreensão das propostas dos operários, visto que a educação se tornou um tema estratégico nas publicações.

Palavras-chave: Movimento anarquista. Jornal “A Vida”. Imprensa. Papel feminino.

Abstract: This article aims to investigate the female role in the anarchist movement. This is a bibliographic study, realized from the analysis of the newspaper “A Vida”, printed in the city of Rio de Janeiro, in the years 1914 to 1915. The work refers to the emergence of the working classes in the large urban centers of the Brazil, based on the ideals brought by European immigrants. The scenario was demarcated by the crisis of the slave regime and the expansion of coffee production, given that, working conditions became precarious and anarchism became the main current present inside the factories. Thus, working with the press is a privileged source for understanding the workers' proposals, since education has become a strategic theme in publications.

Keywords: Anarchist Movement. Newspaper “A Vida”. Press. Women's Role.

Introdução

As transformações ocorridas, ao longo do Império, no Brasil (1822-1889), na segunda metade do século XIX, a crise do regime escravocrata, a ascensão de novas camadas de proprietários com novos interesses, a entrada de imigrantes, entre outros

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mirianieduarda@gmail.com

² Doutor em História e Filosofia da Educação. Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Orientador do trabalho. E-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com.br

contribuíram, de forma decisiva, para a crise do Império e a proclamação da república, em 1889.

A República não trouxe grandes avanços à classe trabalhadora, os escravos recém-libertos continuaram sofrendo, diante de uma sociedade hierarquizada e racista; os latifúndios continuaram sendo marca de poder da sociedade; além da União não se responsabilizar pela educação e regulamentação das relações entre capital e trabalho. Em síntese, o Estado brasileiro era fundamentalmente controlado, nesse contexto, por latifundiários, o que assegurava a hegemonia dos cafeicultores paulistas.

Apesar do caráter agrário exportador de nossa economia, as indústrias surgiram em alguns centros urbanos bem como a classe operária. O processo de industrialização se deu por meio da inserção do capital cafeeiro, associado ao capital estrangeiro, em atividades complementares, como o investimento em ferrovias, alimentação, bebidas, chapelaria, vestuário, iluminação, entre outras. A disponibilidade de mão de obra, porém, principalmente de imigrantes, era farta, tornando as condições de trabalho deploráveis, como longas jornadas de trabalho, utilização da mão de obra infantil, inexistência de férias remuneradas, salários baixos e, ainda, mais decadentes para mulheres e crianças.

Nesse contexto, os imigrantes europeus, que constituíam a maior parte da classe operária no Brasil, transportaram até as fábricas ideais anarquistas, criando sindicatos, a fim de romper com situações brutais de exploração de mão de obra, durante o processo de industrialização. Isso se deu pela presença de anarquistas em organizações de trabalhadores do país, como federações, uniões, atividades culturais e educacionais.

O crescimento do movimento anarquista foi, relativamente, rápido nos grandes centros urbanos, no início do século XX, no Brasil. De acordo com Rodrigues (1969), algumas colônias, como Guararema, fundada em 1888, no Estado de São Paulo, por Artur Campagnolli, e Cecília, no Estado do Paraná, fundada por Giovanni Rossi, em 1890, foram constituídas sob a inspiração anarquista.

Os libertários defendiam princípios, como a liberdade, responsabilidade e autodisciplina, bem como a abolição do Estado e de todo o princípio de autoridade e exploração do homem pelo homem, além da proposta de superação do Estado e de todos os meios de repressão encontrarem receptividade no meio operário. Nesse sentido, é importante lembrarmos que a democracia republicana do período não

passava de palavras vazias, que excluía os trabalhadores. O Estado e o patronato eram enxergados com desconfiança ou, mesmo, como inimigos que deveriam ser combatidos.

No Brasil, em diferentes jornais de origem anarquista, era comum a crítica à moral burguesa e às suas instituições, por exemplo, ao modelo de família e ao papel desempenhado pela mulher. Para Mariana Affonso Penna (2016), a posição da mulher foi inferiorizada no cotidiano de forma natural, mas existiram muitas mulheres militantes anarquistas que se organizaram e refletiram sobre sua posição bem como forçaram os militantes homens a assumirem, como fundamental, a pauta da igualdade de gênero. Por isso, compreender as lutas travadas no interior do movimento operário significa resgatar a utopia social de uma sociedade de homens e mulheres socialmente livres.

Para que o novo trabalhador fosse formado e tivesse consciência de sua real condição, era importante que esses ideais fossem, amplamente, difundidos e conhecidos por todos, sendo assim, a imprensa operária anarquista ocupou um papel de destaque. Logo, as atividades eram divulgadas nos sindicatos e, também, em panfletos, jornais, revistas, folhetos e periódicos, cumprindo a função de divulgação do movimento, mas também educativa, a fim de despertar nos trabalhadores a consciência de transformação social.

Diante disso, objetivamos realizar uma pesquisa bibliográfica, definida por Gil (2008) como aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 44) e documental, tomando por base os artigos do periódico *A Vida*, em sua curta duração, que se deu entre 1914 e 1915. Nesse sentido, trata-se de compreender a imprensa não como uma manifestação isolada da realidade que a forjou, mas sim como expressão das lutas que são travadas no interior da sociedade.

Para atingirmos os objetivos, tomamos como parâmetro os autores: Penna (2016), Luizetto (1987), Patto (1999) e outros. Assim, este trabalho se organiza em três seções, são elas: “Contextualização do Processo de Industrialização e do Movimento Operário no Brasil”, “A Questão da Imprensa no Início do Século XX” e, por fim, “Anarquismo e Gênero: o Papel da Mulher no Jornal ‘A Vida’”.

A incipiente industrialização e o Movimento Operário anarquista no Brasil

Os anos iniciais do século XX, no Brasil, caracterizam-se por transformações gestadas desde as últimas décadas do século XIX. Ainda que a forma de organização política tenha sofrido alterações com a Proclamação da República, em 1889, a queda do regime Monárquico não implicou em transformações econômicas, sociais ou políticas radicais.

O caráter agrário exportador prevalecia, já que a abundância de riquezas naturais e minerais, sempre, foi uma característica brasileira, assim como sua vasta terra fértil, mas a produção industrial constituiu-se em uma alternativa para proprietários que se associavam ao capital estrangeiro e produtores de café que buscavam alternativas para recuperação da falência causada pela crise de 29, ou seja, era o início de uma tímida burguesia industrial que continuava vinculada aos interesses majoritários dos proprietários rurais.

É nesse cenário, demarcado pelo crescimento das atividades fabris e de centros urbanos, fundamentalmente na região Sudeste, que se assentou a formação da classe operária, em nosso território. Ressalte-se que, até 1920, os imigrantes constituíam-se no maior contingente dessa região, que era composta na grande maioria por italianos, espanhóis e portugueses.

Nesse sentido, é importante salientar que a chegada dos imigrantes europeus contribuiu para o início da imprensa sindicalista no Brasil, nos anos iniciais do século XX. Os operários, principalmente italianos, diante da experiência que traziam da Europa, participaram da construção da consciência política dos trabalhadores brasileiros.

Edgar Carone (1979, p. 189) aponta que “bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numericamente e ideologicamente entre o operariado”. Muitos daqueles que buscaram, no Brasil, uma nova oportunidade, dirigiam-se às lavouras de café para, em seguida, migrarem aos centros urbanos. Diante disso, a conjuntura que forjou a classe trabalhadora era delineada pela ausência de legislação que regulamentasse as relações entre capital e trabalho.

As relações de produção em vigor abrangiam várias formas de exploração do trabalho. No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-escravos e seus descendentes viviam em situação de

desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não-remunerado (PATTO, 1999, p. 169).

Desde os anos finais do século XIX, a incipiente classe operária buscou organizar-se em associações de autoajuda para casos de necessidades materiais. Desse modo, o movimento operário materializou-se em formas de luta e organizações distintas, no início do século XX, em defesa dos trabalhadores.

Nos centros urbanos de maior destaque econômico, como São Paulo e Rio de Janeiro, os trabalhadores organizaram ligas operárias, a partir de meados de 1870, mas só ganharam importância maior após a proclamação da República. Com o avanço progressivo da indústria e as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os trabalhadores, a greve tornou uma das armas de enfrentamento contra o empresariado. Apesar da repressão policial em defesa dos interesses burgueses, as paralisações tornaram-se rotineiras em defesa de aumento salarial ou pela jornada de oito horas. No entanto, ainda que combativos, faltava ao movimento sindical exigências objetivas de enfrentamento e resistência.

É claro que a ideologia comunista representou um avanço objetivo da consciência de classe do país, destacando-se, portanto, das outras formações ideológicas que conduziram a luta de classe (o anarcosindicalismo e o “novo sindicalismo”). Entretanto, tanto uma quanto as outras possuíam um significado importante: continham, em maior ou menor proporção, um lastro de idealização e de esperança que alimentavam a práxis de classe e que sedimentaram o imaginário utópico de uma sociedade sem exploradores e sem explorados. É algo que se contrasta, por exemplo, com a ideologia do pragmatismo sindical, de cariz neocorporativo e de participação, meramente de resultados, seja de esquerda, seja de direita, que viceja, hoje, no sindicalismo brasileiro (ALVES, 2003, p. 24).

Por esse ângulo, outra tendência política floresceu, no início do século XX, em nossas terras: os anarquistas. Em oposição ao movimento socialista, estes formaram partidos e recusaram-se a participar das eleições ou, mesmo, aceitar cargos públicos. A perspectiva política que os orientava postulava que o Estado, sempre, estaria a serviço dos interesses dominantes, constituindo-se como um órgão de repressão. Por isso, os libertários defenderam a substituição do aparato estatal e associações de trabalhadores, tais como federações de comunas ou cooperativas.

A Imprensa anarquista no Início do Século XX

A expressão anarquia, geralmente, é vinculada à ideia de baderna ou ausência de ordem. Os propósitos do movimento, porém, não se confundiam com as acusações

que lhe foram dirigidas. Estes ideais chegaram ao Brasil, fundamentalmente, por meio dos imigrantes espanhóis e italianos que desembarcaram em nossas terras, nos decênios finais do século XIX e iniciais do século XX.

Desse modo, as concepções anarquistas pressupõem o fim da coerção e o combate a todas as formas de autoritarismo, pois a ideia de autoridade de um homem sobre o outro implica em uma relação verticalizada de poder, ou seja, trata-se da defesa de uma sociedade autogestionária com ampla liberdade e responsabilidade de todos pela manutenção da comunidade de homens e mulheres iguais, em uma sociedade concebida sem governantes e governados.

Assim, para atingir uma sociedade idealizada, os anarquistas defenderam a extinção do Estado, da propriedade privada e o fim da sociedade patriarcal, buscando despertar os valores de solidariedade, igualdade, liberdade e responsabilidade entre seus adeptos.

As distintas formas de organização anarquista foram construídas por imigrantes que já possuíam experiência de trabalho assalariado e direitos trabalhistas em seus antigos países. As atividades eram divulgadas não apenas no entorno dos sindicatos como também em panfletos, jornais, revistas e folhetos. Portanto, a imprensa cumpria a função de divulgação da organização do movimento e educativa, afim de despertar nos trabalhadores a consciência da necessidade de transformação social, ocupando um papel de destaque.

A primeira iniciativa dos anarquistas foi tentar levar adiante seu trabalho através do voluntarismo. Os primeiros jornais anarquistas e anarcossindicalistas tentaram sobreviver apenas de contribuições. Os militantes eram poucos e possuíam poucos recursos econômicos. Já se podia prever o resultado: poucos jornais conseguiram sobreviver além do quinto número. [...] O tempo passava, e os anarquistas procuravam um suporte financeiro mais eficaz [para atividades editoriais]. Passaram a vender assinaturas. A evolução dos sindicatos foi semelhante. Para financiar suas primeiras greves e operações quotidianas contavam apenas com as contribuições 'espontâneas'. Posteriormente passaram a cobrar taxas obrigatórias e fundos de greves, práticas características dos sindicatos 'burgueses'. Recorreram, também, a algumas técnicas de levantamento de fundos outrora consideradas corruptas, como festas e rifas (MARAM, 1979, p. 76-77).

Os meios de divulgação não tiveram uma única e homogênea linha de atuação, cada um publicava aspectos da doutrina que lhe parecia mais urgentes no momento. Muitos deles, preocupados com a formação do trabalhador, dedicaram-se aos textos sobre a questão educacional, com o intuito de criar, em seus leitores, uma mentalidade voltada a ações revolucionárias.

Em uma breve síntese, os periódicos dedicados aos trabalhadores se preocupavam em difundir informações e ideias sobre as lutas operárias, em diferentes partes do mundo. Não era incomum a manutenção de correspondências com lideranças de outras nações para troca de experiências e denúncias sobre o que acontecia em território brasileiro.

Esses periódicos eram impressos e difundidos em um contexto histórico marcado por profundas contradições e condições adversas. Como afirmamos anteriormente, a proclamação da República não trouxe transformações significativas para os trabalhadores. A proibição do voto do analfabeto e da mulher, por exemplo, maioria absoluta da população brasileira, demonstrava o caráter de classe do regime. Acrescente-se a violência do Estado, diante das lutas operárias, e o tratamento repressivo dado às suas lideranças, em uma conjuntura marcada pela aprovação no Congresso Nacional de uma lei com caráter fundamentalmente repressivo. Trata-se da Lei proposta por Adolfo Gordo, como a Lei de Estrangeiros, de 1907, que possibilitava a expulsão imediata de estrangeiros considerados perigosos para “ordem pública”.

É verdade, também, que grande parte dos periódicos teve vida efêmera em função das condições materiais de publicação ou por conta da forte repressão policial, mas, para os anarquistas, a educação possuía um caráter político, objetivando não mais colocá-la com o propósito de manutenção das relações consideradas injustas, mas sim de sua transformação, apontando para a miséria decorrente do sistema de dominação.

[...] para o movimento libertário, era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado (LUIZETTO, 1987, p. 42).

Destarte, os ideais libertários anarquistas contribuíram para a consciência de classe dos trabalhadores e a compreensão das relações sociais. Trata-se de propostas nascentes na essência das classes trabalhadoras que lutavam pelo fim da exploração do homem pelo homem. Dito isso, é fundamental compreender que a organização dos trabalhadores e as ideias que nortearam o movimento não possuíam existência própria, independentemente do cenário, marcado pela miséria e a ausência de direitos por parte dos trabalhadores.

Anarquismo e Gênero: o Papel da Mulher no Jornal “A Vida”

Uma das grandes preocupações do movimento anarquista, no Brasil, pautou-se na organização dos trabalhadores, a partir de três elementos: propaganda, educação e rebelião. Nesse sentido, as lideranças organizaram diferentes eventos culturais, promoveram a publicação de folhetos, jornais e outros materiais impressos que pudessem contribuir para o engajamento dos trabalhadores na luta pela conquista da liberdade.

Nessa acepção, os anarquistas teceram inúmeras críticas ao modelo familiar burguês e às instituições do Estado, além de denúncias contra as diferentes formas de exploração do trabalhador pelo capitalismo. Portanto, a ideia de transformação e superação do Estado para os anarquistas envolve, também, a transformação das relações pessoais.

Com a crescente urbanização e industrialização, as mulheres passaram a serem vistas em espaços sociais, fazendo com que sua presença fosse notável, muitas trabalhavam fora do ambiente doméstico e frequentavam o espaço urbano por lazer, causando estranhamento em vários setores sociais.

É justamente por isso, que inúmeros modelos e padrões de conduta foram criados para controlar as mulheres no espaço público. Não cabia simplesmente expulsá-las, afinal de contas elas eram importante parcela da mão-de-obra e da população consumidora, mas era essencial controlá-las, através de modelos que correspondessem à nova sociedade (MENDES, 2010, p. 21).

Assim, a sociedade pregava uma série de normas e condutas para as mulheres, que eram vistas como seres frágeis, sensíveis e afetivas, porém as mulheres anarquistas observavam questões que, até então, não eram pensadas pelos anarquistas clássicos, como a sua emancipação no âmbito moral, social, político, sexual, econômico e cultural. Ao longo de diferentes artigos, verifica-se que a discussão das relações hierárquicas existentes na sociedade era recorrente. Dessa forma, as discussões tenderam a reforçar a luta pela independência feminina como mais uma etapa de superação da ordem burguesa.

José Oiticica³ trouxe para o jornal “A Vida” artigos que retratavam, criticamente, o papel atribuído às mulheres, em uma sociedade profundamente desigual e patriarcal.

A mulher é para a caça, dizem os burguezes, e para cuidar dos filhos. Mas o burguez que assim fala quer um guarda-livros⁴ hábil para o seu negocio e um veterinario experto para o seu cavalo. E' bem de ver que o burguez nesse caso, coloca o negocio e o cavalo acima do filho (A VIDA, 1914, [s.p.]).

Podemos observar, por meio de diferentes artigos, como pautas de emancipação da mulher já se encontravam presentes no periódico. É importante, porém, ressaltar que o periódico “A Vida” destaca, fundamentalmente, a opressão à mulher da classe trabalhadora.

[...] Que faz ela entre nós? A aristocrata dirige a caça, isto é, dá ordens, lê romances ou administra associações de caridade e irmandades católicas. A da classe média, juntamente com alguns criados, faz o serviço da caça: cozinha, lava, engoma, coze, cuida dos filhos e, modernamente, se emprega nos telégrafos, correios, cazas comerciaes, matriculan-se nas Escolas Normaes ou no Instituto de Música. Raras se dedicam à medicina, raríssimas ao direito, nenhuma á engenharia (A VIDA, 1914, [s.p.]).

O patriarcalismo, a desigualdade na divisão de tarefas, os modelos de comportamento impostos eram entendidos como expressão de uma sociedade burguesa. Nesse aspecto, materializavam-se em obstáculos para o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Não por acaso, um dos principais pontos discutidos pelas mulheres anarquistas, dentro do movimento, foi a necessidade da emancipação da mulher do casamento, este poderia ser substituído por uniões livres e pensadas unicamente no amor.

No Jornal, Oiticica aponta que na sociedade burguesa, o que todos buscam é a melhor qualidade de vida, vista no casamento, que deveria ser um acordo de sexos, mas na verdade era de posições, chegando aos casamentos contratados. Estes, por sua vez, eram uma das inúmeras obrigações e direitos relacionados à herança da mulher, esse tipo de união gerava laços por conveniência ou interesse. O povo sabia distinguir o que era um casamento por amor e o que era por interesse, as dificuldades

³ José Rodrigues Leite e Oiticica foi filósofo, professor e militante anarquista, nascido em 22 de julho de 1882, Minas Gerais. Iniciou sua militância em 1912, desde então passou a colaborar sistematicamente na imprensa operária e anarquista. Foi membro da Fraternitas Rosicruciana Antiqua, estudou Direito e Medicina, não tendo concluído nenhum dos dois cursos por conta do magistério. No plano político, foi um dos grandes articuladores da Insurreição Anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, que, inspirada na Revolução Russa, pretendia derrubar o governo central na capital do país. Participou ativamente da organização da Greve Geral a nível nacional.

⁴ Guarda-livros era o nome dado ao contador.

geradas pela concorrência resultante do regime capitalista eram tantas que a opção do casamento por amor não era oferecida, só se casavam nessa circunstância aqueles que possuíam meios de subsistência garantidos ou aqueles que a sociedade chamava de doidos.

Mas, nessa lufa lufa matrimonial, as condições mais duras é a mulher que as padece. Saída apenas de sua escravidão secular, sente-se enleada por todas as peias sociais⁵ e, impossibilitada de vencer, por si, na concorrência implacável, procura ou procuram por ela o apoio de um braço masculino, de qualquer braço masculino (A VIDA, 1914, [s.p.]).

Em síntese, para Oiticica, esse era o casamento moderno, todas as camadas sociais passavam por esse drama tristíssimo de famílias, em más condições, cuja esperança estava no casamento de uma filha. Nesse viés, uma grande crítica à família tradicional como opressão social foi Maria Lacerda de Moura⁶ (1933), para ela, o amor só é plenamente vivido fora do casamento, de forma livre e plural. A autora equaciona esse sentimento ao princípio máximo da vida e, por conta disso, acredita que ele é capaz de romper com convenções sociais e amarras que limitam o desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, Maria Lacerda critica a perspectiva de viver um “único grande amor”, pois foi com isso que as mulheres se tornaram presas à família tradicional, girando em torno do homem e da sua família, de forma submissa, sem buscar desenvolver-se.

Pautas como união livre e amor na sociedade burguesa seriam formas de libertação da mulher, assim como para que um casal tivesse filhos, deveria existir entre eles somente vínculos de afeto e não políticos ou religiosos, sendo assim, a maternidade deveria ser tratada como algo consciente e da vontade de um casal.

Outro ponto destacado por Oiticica, no periódico, é a prostituição, muitas mulheres casadas sofreram torturas, viviam desesperadas em um regime que determina como pensar, o que pensar, como agir, justificada pela lei ou pela igreja. Aquelas que não se casaram sobrava a venda do próprio corpo para a sobrevivência. A sociedade burguesa dizia que não existia remédio para o vergonhoso comércio carnal e denominava a prostituição como um mal necessário para a fonte de renda.

A história das vendidas é a mesma para todas. Cortejadas, abastadas, enquanto moças mal se lhes marea o verdor dos vinte anos, sentem fugir-

⁵ Impecílios, impedimentos, obstáculos.

⁶ Maria Lacerda de Moura nasceu em maio de 1887 e morreu em março de 1945. Foi uma pensadora anarquista brasileira e pacifista, precursora do anarcofeminismo. Foi extremamente ativa em sua época e lida por intelectuais, militantes e escritores tanto do Brasil quanto da Espanha, Argentina e Chile.

lhes a clientela dos senadores e banqueiros. Baixam de coração como a carne avariada nos açougues. São tratadas mesmo, na jirra dos rufiões, pelo léxicon dos açougues.

Aceitavam freguezia menos rica. Não podem habituar cazas vistozas, nem ter automoveis à porta. Passam ao segundo plano.

Os anos lhes oxidam o lustro da beleza e as levas dos amantes se sucedem cada vez mais sórdidas e menos ricas.

E elas decaem, degradam-se, despenham-se.

O termo final da decadencia é o proxenetismo⁷, o hospital ou o azilo do Bom Pator (A VIDA, 1914, [s.p.]).

Portanto, quanto mais civilizada era a sociedade maior era a prostituição, isto porque a sociedade era movida pelo luxo e pela miséria. Enquanto havia burgueses que pagavam seus prazeres com dinheiro extorquido dos trabalhadores, existia a prostituição, logo, ela não é um mal necessário e sim uma consequência necessária de um regime social baseado no luxo.

Dito isso, percebe-se no Jornal “A Vida” (1914) que um dos motivos para a libertação da mulher foi o rompimento com a igreja, esta é intolerante e não permite nenhum protesto baseado na razão, sendo assim, entra a mulher como um ser autônomo, livre, guiada pela ciência e pelos direitos, isenta de religião, da falsa moral de castidade, do autoritarismo da moda, do casamento e da prostituição, restando a ela entrar nesse movimento e abandonar a igreja, libertando a razão para dar início a sua emancipação intelectual.

Conseguido isso o espírito está aberto a compreender o problema social que não é só o problema econômico, e a mulher será, desde logo, um elemento formidável de luta para a consecução dessa humanidade futura, consecução que é o sonho mais fecundo, a mais bela utopia, a concepção mais alentadora que já se formulou no mundo: a ANARQUIA (A VIDA, 1914, [s.p.]).

Bolevari (1995) aponta que as mulheres precisam de espaço para mostrar suas culturas e desenvolver suas potencialidades, que, na maioria das vezes, foram sufocadas pelo patriarcado, conforme o pensamento dela, isso só se torna possível com trabalho em grupo e a abertura, afim de que as mulheres mostrem o que querem e como querem, desenvolvendo o feminismo real e não aquele imposto pela sociedade machista.

Precisamos de espaço para mostrar nossa cultura e desenvolver nossas potencialidades, que foram sufocadas no patriarcado. Tudo isso, só conseguiremos com muito trabalho conjunto e abertura, para que possamos mostrar o que queremos fazer e como fazer. Temos que desenvolver o nosso lado feminino real, e não o feminino imposto pela sociedade machista. Os nossos valores foram sufocados e, em lugar desses, vieram valores

⁷ Lenocínio; crime definido pela ação ou pela prática de obrigar, induzir ou incentivar alguém a se prostituir, lucrando ou não com essa ação ou prática.

integrados, como a estética, a beleza, o comportamento, a maternidade obrigatória, etc., que não são naturais como parecem. Tais coisas, somente nós mesmas podemos avaliar, questionar e mudar, mais ninguém. Não se pode chegar para um negro e dizer-lhe o que fazer para lutar contra sua discriminação, se você nunca sofreu isso. Você pode ajudá-lo e apoiá-lo, mas se você nunca sofreu discriminação racial, nunca poderá saber o que ele sente, quanto mais decidir o que ele deve fazer. O mesmo ocorre com as mulheres (BOLEVARI, 1995, on-line).

Dessa forma, Bolevari (1995) perdura afirmando que as mulheres, ao mudar seus comportamentos e visões de mundo, terão mais autonomia para batalhar em coletivo e tomar conta de suas próprias vidas, além de estarem abertas para relacionamentos recíprocos e não paternalistas. Para que a sociedade livre, humana e igualitária seja alcançada, os grupos de mulheres possuem a função de unir e trabalhar pelos seus desejos, dentro do movimento anarquista.

Já para Mariana Affonso Penna (2016), a posição da mulher foi inferiorizada no cotidiano de forma natural, mas existiram mulheres militantes anarquistas que se organizaram e refletiram sobre sua posição bem como forçaram os militantes homens a assumirem a igualdade de gênero como pauta fundamental. Elas não foram meras coadjuvantes do movimento e atuaram, mostrando a opressão sentida em todas as questões, expressas na vida cotidiana e no trabalho, além de inovarem, apresentando uma nova vertente dentro desse vasto movimento, que é o anarcofeminismo.

No Brasil, e mais especificamente em São Paulo no período conhecido como Primeira República (1889-1930) foram criados inúmeros símbolos - que nada mais eram, senão parte dos ideais modernizadores da época - que tinham como finalidade principal formar um modelo único de mulher, a “esposa-mãe-dona-de casa” assexuada e só dedicação aos filhos, ao marido e ao lar. Não há como deixar de colocar que esses símbolos já apresentados e o modelo ideal de mulher foram elaborados pela burguesia nascente da Primeira República, período de intensas transformações em todos os sentidos (políticos, econômicos, sociais, culturais e morais), com apoio das bases teóricas do Positivismo (corpo teórico burguês e considerado revolucionário depois da Revolução Francesa), da moral católica e da ciência, que afirmavam, cada um à sua maneira (como será observado nessa pesquisa), a suposta inferioridade natural da mulher (MENDES, 2010, p. 3).

Corriqueiramente, quando se ouve a palavra anarcofeminismo a impressão é de que existem mulheres que excluem os homens de suas vidas ou que querem separar as pessoas pelo sexo, mas o que, muitas vezes, não acontece é a reflexão do porquê se tem essa impressão. É preciso que haja um desvinculamento das respostas prontas que a imprensa burguesa fornecia para realmente compreender determinados fatos.

Por esse ângulo, Ehrlich (2013) aponta que as feministas anarquistas se preocupavam com o fim das relações de poder e situações de opressão, pregavam pela retirada de riquezas das mãos de poucos e a redistribuição entre todos os membros da sociedade, além de acreditarem que as pessoas precisam contribuir umas com as outras, em comunidade e não como indivíduos isolados.

[...] estou com os individualistas livres, os que sonham mais alto, uma sociedade onde haja pão para todas as bocas, onde se aproveitem todas as energias humanas, onde se possa cantar um hino à alegria de viver na expansão de todas as forças interiores, num sentido mais alto – para uma limitação cada vez mais ampla da sociedade sobre o indivíduo. Que representa uma "creche", um hospital ou o direito de voto ante a vastidão dos nossos sonhos de redenção humana pela própria humanidade? É subir mais alto o coração e o cérebro, ver horizontes mais dilatados -além do sectarismo religioso ou da superstição social governamental. Isso é feminismo? Dêem o nome que quiserem, pouco importa: o que esse feminismo (não me agrada a expressão tão estreita para ideal tão amplo) reivindica é o "Direito Humano", o Direito Individual, acima de qualquer outro direito, além dos direitos limitados ao parlamentarismo, além dos direitos de classe (MOURA, 2021, on-line).

Ademais, Mendes (2010) aponta que as mulheres atuantes do movimento anarquista pensam a frente de muitos outros investigadores, propondo bases teóricas do anarquismo como meio para a emancipação das mesmas, a educação sexual e libertária, o amor livre, a maternidade consciente e a livre união, além de discutirem as relações hierárquicas existentes no movimento, principalmente as relacionadas ao sexo e ao machismo nos meios operários.

Considerações finais

Os jornais expressam um projeto de sociedade, selecionam fatos que devem ou não ser publicados e se posicionam diante de acontecimentos. De fato, as ideologias se fazem presentes nos textos de qualquer jornal. No entanto, dependendo de sua estrutura financeira para cumprir os objetivos que se propõe, pode conquistar maior ou menor êxito na empreitada de difundir seus programas e ideias.

Vivemos em um processo distante de alcançar uma sociedade realmente igualitária, mas as lutas de classes, gênero e raça são extremamente importantes para essa construção. Isto posto, por meio do levantamento bibliográfico, verificou-se a importância da educação, da igualdade de gênero e a defesa de uma comunidade mais igualitária como também, no âmbito social e educacional, a possibilidade de

ampliação da visão de mundo de cada indivíduo, o posicionamento político e a formação baseada na diversidade.

Pensando em todas as críticas lançadas aos anarquistas, é inegável que essa linha de pensamento foi a que mais avançou na formação de exigências de respeito às diferenças, à liberdade individual e às mulheres, é a ideologia que propõe de forma radical a transformações sociais em todas as esferas políticas. Sabe-se que, em diferentes momentos, alguns anarquistas reproduziram discursos machistas, indo contra a ideologia do movimento, mas isso não o invalida, já que ele foi importante para avanços políticos e jamais se pode diminuir a importância das lutas feministas travadas até hoje.

A partir das leituras do periódico “A Vida”, foi possível identificar uma série de questões que indicam temas atuais. Não se trata, aqui, de uma visão anacrônica, mas de perceber, por exemplo, que a igualdade de gênero, ainda, não foi resolvida de forma satisfatória, no atual momento histórico.

Referências

A VIDA: Periódico Anarquista. São Paulo: Ícone, 1914-1915. Mensal.

ALVES, Giovanni. Sindicalismo e Utopia Social no Brasil do Século XX. **Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, 2003. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-avles-sindicalismo-utopia-social-brasil.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

BOLEVARI, Valéria. E As Anarco-Feministas O Que São? **Coletivo de Estudos Anarquistas**, Guarulhos, 1995. Disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/15anarcofeministas.htm>. Acesso em: 3 abr. 2021.

CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

EHRlich, Carol. Socialismo, Anarquismo e Feminismo. **Amor y Anarquia**, [S./], maio 2013. Disponível em: <https://amoryanarquia.wordpress.com/2013/05/31/socialismo-anarquismo-e-feminismo-carol-ehrllich-1977/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUIZETTO, F. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARAM, Sheldon. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. 2010, 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2010.

MOURA, Maria Lacerda de. Feminismo? Caridade? **Revista Utopia**, on-line, [2021]. Disponível em:
<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/10feminismocaridade.htm>.
Acesso em: 3 abr. 2021.

MOURA, Maria Lacerda de. **Han Hyner e o Amor Plural**. São Paulo: Unitas, 1933.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, 1999.

PENNA, Mariana Affonso. **“À procura da Comunidade Perdida”**: Histórias e Memórias do Movimento das Comunidades Populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2016.

RODRIGUES, E. **Socialismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.